



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

1 **ATA DA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS DO**
2 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO.**

3 Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às quatorze horas, no
4 formato híbrido, reuniu-se o Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal Rural do
5 Semi-Árido (Ufersa), sob a presidência da reitora, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, para
6 deliberar sobre a pauta da quinta reunião ordinária de dois mil e vinte e três. Estiveram presentes os
7 conselheiros representantes docentes: Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA): **Jacimara Villar**
8 **Forbeloni** e **Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira**; Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC):
9 **Simone Maria da Rocha** e **Hudson Pacheco Pinheiro**; Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros
10 (CMPF): **Francisco Ernandes Matos Costa** e **José Flávio Timoteo Júnior**; Centro de Ciências
11 Exatas e Naturais (CCEN): **Leonardo Augusto Casillo** e **Midiã Medeiros Monteiro**; Centro de
12 Ciências Agrárias (CCA): **Daniel Valadão Silva** e **Rejane Tavares Botrel**; Centro de Ciências
13 Biológicas e da Saúde (CCBS): **José Domingues Fontenele Neto** e **Paulo Alfredo Simonetti**
14 **Gomes**; Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH): **Álvaro Fabiano Pereira de**
15 **Macêdo** e **Kyara Maria de Almeida Vieira**; Centro de Engenharias (CE): **Rodrigo Nogueira de**
16 **Codes** e **Ricardo Henrique de Lima Leite**; Representantes técnico-administrativos: **Marcílio José**
17 **Ferreira Nunes**, **Antônio Wilton de Moraes Júnior** e **Lissandro Arielle Vale Batista**;
18 Representantes discentes: **Guilherme Jarentchuk** e **Pedro Victor Cavalcante Santos**;
19 Representante da comunidade: **Paulo Caetano Davi**. **PAUTA: Primeiro ponto:** Apreciação e
20 deliberação sobre as atas da 4ª, 7ª e 8ª reuniões extraordinárias de 2023. **Segundo ponto:**
21 Apreciação e deliberação sobre processos de afastamento. **Terceiro ponto:** Apreciação e
22 deliberação sobre processo de redistribuição. **Quarto ponto:** Outras ocorrências. Tendo constado o
23 quórum legal, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, declarou aberta a
24 reunião, em seguida, leu a justificativa de ausência da conselheira Ana Flávia Oliveira Barbosa de
25 Lira e colocou-a em votação, sendo aprovada por unanimidade. Seguidamente, leu a justificativa de
26 ausência do conselheiro Lázaro Fabrício de França Souza e colocou-a em votação, sendo aprovada
27 com vinte votos favoráveis e duas abstenções. Logo após, leu as justificativas de ausência dos
28 conselheiros: Gilcilene Lélia Souza do Nascimento e Rodrigo Silva da Costa e informou que não seria
29 necessário realizar as deliberações, pois os conselheiros estavam em gozo de férias. Por
30 conseguinte, leu a pauta da reunião e solicitou a inclusão dos seguintes pontos de pauta:
31 “Apreciação e deliberação sobre a composição do Conselho Técnico-Científico e Conselho Fiscal da
32 Fundação Guimarães Duque - FGD, conforme Memorando Eletrônico nº 246/2023 – GAB.”, e
33 “Apreciação e deliberação sobre minuta de resolução que aprova o Regimento Interno da Comissão
34 de Residência Médica dos Cursos de Medicina da Universidade Federal Rural do Semi-Árido –
35 Ufersa (Coreme).”, logo mais, colocou a pauta em discussão. O conselheiro **Francisco Ernandes**
36 **Matos Costa** solicitou a inclusão do seguinte ponto de pauta: “Apreciação e deliberação sobre



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

37 proposta de criação de uma resolução com critérios para distribuição de novos códigos de vagas
38 docentes para os centros”, justificando que: um dos grandes desafios da Gestão Universitária
39 consiste em dimensionar/alocar servidores nos centros, mas, devido à sua complexidade, esse
40 processo acaba não sendo executado de forma eficiente e igualitária, nesse sentido, colocou que a
41 criação de uma Resolução que possua critérios reconhecidos e aceitos pelo corpo acadêmico da
42 Ufersa e que respeite as diferenças de cada centro, traria pontos positivos para a Universidade. A
43 presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, informou ao conselheiro
44 Francisco Ernandes Matos Costa que, no Estatuto da Ufersa, Art. 44, inciso XI, essa competência é
45 discricionária ao Reitor; então, para realizar qualquer alteração, é necessário que o processo de
46 modificação seja iniciado pelo Estatuto e Regimento da Ufersa. A conselheira **Jacimara Villar**
47 **Forbeloni** solicitou esclarecimentos acerca da solicitação da inclusão do ponto de pauta que trata
48 sobre uma minuta de Resolução; pontuou que, se é uma minuta de Resolução, mas os conselheiros
49 não tiveram acesso antecipadamente ao documento, fica bem complicado realizar as deliberações. A
50 secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados **Éricka Tayana Lima Bezerra** informou à conselheira
51 Jacimara Villar Forbeloni que a minuta foi enviada aos conselheiros para emendas no dia 12 de maio,
52 dessa forma, o prazo foi finalizado no dia 22 de maio. A conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** disse
53 que, quando a minuta é inserida à pauta de uma reunião ordinária, os conselheiros têm dimensão do
54 texto como um todo, mas isso não ocorreu, portanto, disse que não tem o conhecimento sobre quais
55 emendas foram incluídas. A secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados **Éricka Tayana Lima Bezerra**
56 esclareceu que a secretaria não recebeu as emendas dos conselheiros, sendo assim, a minuta está
57 composta apenas pelas propostas do relator. A conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** questionou
58 sobre a necessidade da brevidade da inclusão deste ponto neste momento. A presidente do
59 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, informou que o curso está precisando desta
60 resolução com uma determinada urgência e passou a palavra para o conselheiro Paulo Alfredo
61 Simonetti Gomes, para que ele possa realizar os devidos esclarecimentos. O conselheiro **Paulo**
62 **Alfredo Simonetti Gomes** esclareceu que a Residência Médica dos Cursos de Medicina da
63 Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa (Coreme) já deveria ter sido criada há a algum
64 tempo, sua criação é necessária para que a Residência Médica seja aderida à Instituição. Explicou
65 que essa demanda - criação da Coreme - é urgente, pois, desde o mês de dezembro ela está sendo
66 aguardada, para só assim ser dada a entrada no Conselho de Residência Médica, que está ligado ao
67 Ministério da Educação (MEC) e ao Ministério da Saúde; acrescentou que a Ufersa precisa realizar
68 esse procedimento até o mês de junho de 2023, a fim de que, somente no ano de 2024, a
69 Universidade possa participar e abrir concursos para residência médica na Instituição. O conselheiro
70 **Francisco Ernandes Matos Costa** solicitou a retirada do seu encaminhamento e questionou se a
71 Reitoria da Ufersa tem adotado algum modelo quantitativo para realizar as distribuições dos códigos
72 de vagas. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, esclareceu que na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

73 maior parte das instituições do país, não há uma transparência no portal de Gestão de Pessoas
74 acerca da alocação dos códigos de vagas existentes, inclusive vacâncias e aposentadorias; mas a
75 Ufersa é uma das únicas Universidades que dispõe esses dados de forma transparente no portal.
76 Quanto ao trâmite, a Ufersa segue o modelo de distribuição indicado pelo MEC, e este é construído a
77 partir das discussões realizadas nos Centros e Departamentos e encaminhado ao Ministério. O
78 conselheiro **José Flávio Timoteo Júnior** solicitou o seguinte ponto de pauta: “Apreciação e
79 deliberação de medidas institucionais de segurança na Ufersa.”, disse que a pauta foi amplamente
80 discutida no Conselho de Centro devido à insegurança existente nos *campus* fora de sede, e
81 principalmente pela ocorrência dos casos de violência no estado, no mês de abril; então, disse que
82 essa solicitação seria com o intuito de realizar a criação de um comitê ou de uma comissão
83 permanente de segurança que pudesse realizar um estudo e avaliar medidas cabíveis e, quando
84 possível, realizar a implementação das melhorias no sistema de segurança dos *campi*. Compartilhou
85 algumas medidas que foram discutidas na reunião, como: adesivação nos automóveis que possuem
86 acesso à Universidade, para que possa existir uma identificação e, conseqüentemente, um controle
87 de pessoas na entrada do *campus*; inclusão de redutores de velocidade nos portões que dão acesso
88 à Universidade; aumento efetivo dos vigilantes – pelo menos no turno da noite –; e o aumento nos
89 sistemas das câmeras de segurança, assim como, a melhora da qualidade nos equipamentos já
90 instalados. Reiterou a solicitação e disse que o *campus* Pau dos Ferros se sente um pouco defasado
91 no quesito de vigilância/segurança. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
92 **Oliveira**, esclareceu ao conselheiro que a Ufersa já possui um setor e uma comissão – que
93 recentemente concluiu um estudo técnico – voltados para este ponto; em relação às câmeras, relatou
94 que quando iniciou a sua gestão, foram apurados todos esses equipamentos e, naquele momento, foi
95 informado que o quantitativo era o suficiente, mas, com o passar do tempo, foi percebendo-se uma
96 necessidade maior e a demanda foi sendo atendida, logo, o contrato já está sendo devidamente
97 encaminhado; em relação ao quantitativo de pessoas, foi enviada ao MEC uma justificativa sobre a
98 solicitação do aumento dos valores acerca dos pagamentos, uma vez que a quantidade é
99 insuficiente, mas esta solicitação ainda não foi atendida, pois, anteriormente, a Universidade
100 fracionou esta quantidade e justificou a sua “não necessidade”, então foi necessário justificar
101 novamente a reinserção deste pessoal, portanto, como esse tipo de contratação não é tão simples,
102 está sendo trabalhado para que ocorra. Em relação à comissão citada pela presidente do Conselho,
103 o conselheiro **José Flávio Timoteo Júnior** solicitou que fosse disponibilizado algum contato para
104 que o andamento das informações possa ser repassado. Em relação ao ponto de pauta
105 encaminhado pelo conselheiro Francisco Ernandes Matos Costa: “*Apreciação e deliberação sobre*
106 *proposta de criação de uma resolução com critérios para distribuição de novos códigos de vagas*
107 *docentes para os centros*”, o conselheiro **Ricardo Henrique de Lima Leite** pontuou que,
108 anteriormente, foi citado o Art. 58 inciso XI, que trata sobre as competências do reitor e, em relação a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

109 essa colocação, disse que este inciso trata sobre todos os atos do reitor referentes aos servidores,
110 mas não trata sobre a distribuição de vagas; já no inciso XXI está posto que: “*tomar, em casos*
111 *excepcionais, decisões ad referendum do Consad, do Consepe e do Consuni, vedados os casos*
112 *relativos ao estabelecimento de normas, atos eleitorais, alterações de Resoluções, Regimento e*
113 *Estatuto, distribuição de vagas de docentes, devendo submeter tais decisões, no prazo máximo de*
114 *10 (dez) dias úteis da data do ato, ao respectivo Conselho, para a devida apreciação;*”, e, neste caso,
115 não é permitido que o reitor realizasse distribuições de vagas nem por meio de *ad referendum*;
116 apesar disso, compartilhou do entendimento de que esta atribuição também não compete ao
117 Consuni, mas ao Consepe, pois entre as suas competências, está colocado que lhe cabe deliberar
118 sobre as propostas de distribuições de vagas dos centros, então, se o Consuni propuser o
119 estabelecimento de uma comissão para normatizar esses casos, ele estará se imiscuindo nas
120 prerrogativas do Consepe, por isso, compartilhou que irá deliberar de forma contrária à solicitação.
121 Em relação à solicitação realizada pelo conselheiro José Flávio Timoteo Júnior, compartilhou que o
122 seu Centro entendeu que o ponto sobre a segurança da Universidade cabe ao Consad, por isso, irá
123 deliberar de forma contrária à inclusão. O conselheiro **Francisco Ernandes Matos Costa**
124 acrescentou à proposta do conselheiro José Flávio Timoteo Júnior, a criação de um “Comitê de
125 Segurança”, cujo objetivo seria a elaboração de um manual normatizando a segurança no âmbito dos
126 *campi*, assim como é visto em outras Universidades. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho**
127 **Serafim de Oliveira**, comprometeu-se em realizar uma verificação de todas as informações acerca
128 da segurança institucional, e em outra reunião, dependendo do que se tenha, não existirá nenhum
129 óbice na criação do comitê, mas é necessário realizar uma verificação para que não haja duplicidade
130 nos trabalhos, uma vez que já existem algumas políticas institucionais voltadas para esta
131 perspectiva. O conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo** destacou a pertinência acerca do
132 debate levantado sobre a segurança institucional, mas, assim como a presidente do Conselho
133 mencionou, na Ufersa já existe o Setor de Segurança, situado na Superintendência de Infraestrutura
134 (SIN), então o primeiro passo deveria ser a realização de uma consulta a fim de compreender quais
135 as medidas/ações/regulamentações já existentes na Ufersa, e caso exista uma necessidade maior,
136 esta pode ser levada para a unidade competente, que de acordo com o seu entendimento, seria o
137 Consad. Em relação aos procedimentos acerca da distribuição dos códigos de vagas, a conselheira
138 **Midiã Medeiros Monteiro** colocou que existe um “vácuo” entre: a chegada do código de vaga à
139 Instituição até a deliberação para os departamentos, portanto, nesse primeiro momento, é creditada à
140 gestão essa distribuição inicial e, a partir desta, os departamentos, centros e o Consepe definem qual
141 será o perfil adotado para esse profissional. Desse modo, disse que seria possível a existência de um
142 debate acerca de uma política institucional de distribuição de vagas nesse momento, com o intuito de
143 estabelecerem alguns critérios. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**,
144 informou à conselheira Midiã Medeiros Monteiro que foi realizada uma ampla consulta à Procuradoria



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

145 Federal questionando se realmente existia esse “vácuo”, mas o parecer foi emitido – compartilhou
146 que o documento será encaminhado aos conselheiros – informando que ele não existe, pois ocorre
147 todo um trâmite de solicitações entre a Universidade e o MEC, por isso, nenhum código de vaga
148 chega até a Instituição no “vácuo”, mas sim a partir de uma análise e solicitação enviada ao MEC. A
149 conselheira **Midiã Medeiros Monteiro** disse que, na última remessa de códigos de vagas recebida
150 pela Ufersa, existiu um ofício do MEC informando que foram encaminhados 20 códigos de vagas,
151 mas no documento não estava discriminado nenhum tipo de destinação, e, por exemplo, o CCEN
152 recebeu dois códigos de vagas e o CCSAH recebeu dois códigos diretamente para o curso de
153 Administração, então, foram recebidos 20 códigos, mas eles não foram distribuídos de acordo com
154 um critério que o antecedia e, no ofício, não há indicação de nenhum tipo de destinação específica. A
155 presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, compreendeu a colocação e
156 afirmou que não possuía nenhum óbice na inserção do ponto, só informou que seria necessário
157 realizar uma modificação, considerando o Estatuto e o Regimento da Universidade. Disse que nesta
158 Gestão, existia, pelo menos, a transparência de realizar as alocações a partir das necessidades
159 existentes; relatou que estava há 13 anos na Instituição e nunca se teve acesso aos códigos de
160 vagas, assim como, já atuou como chefe de departamento e acompanhou todos esses trâmites, mas
161 nunca foi apresentado nenhum critério por gestores, e questionou se algum conselheiro tinha o
162 conhecimento sobre esta informação; e disse que buscava a máxima transparência acerca da gestão
163 de pessoas, pois a cobrança é muito grande. Reiterou que essas tramitações são discricionárias e
164 estão dentro da legalidade, caso haja uma mudança, ela deverá ocorrer a nível Institucional junto ao
165 MEC e citou algumas situações ocorrentes. O conselheiro **José Flávio Timoteo Júnior** retirou a sua
166 proposta: “Apreciação e deliberação de medidas institucionais de segurança na Ufersa.”. O
167 conselheiro **Francisco Ernandes Matos Costa**, em relação à sua proposta inicial, citou que algumas
168 Universidades já possuem Resoluções específicas para as distribuições dos novos códigos de vagas,
169 como a Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de Ouro Preto, Universidade Federal
170 do PAMPA. Em relação à colocação do conselheiro Ricardo Henrique de Lima Leite, sobre essa
171 matéria ser de competência do Consepe, compartilhou que, de acordo com a sua pesquisa,
172 considera que seja do Consuni. Portanto, alterou a sua proposta inicial e encaminhou a criação de
173 uma comissão para realizar um estudo sobre a forma que as distribuições de vagas vem ocorrendo
174 na Ufersa, e que esta comissão proponha um modelo para as distribuições dos novos códigos de
175 vagas, que seja de acordo com a realidade da Universidade. Sem mais colocações, a presidente do
176 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação a inclusão do seguinte
177 ponto de pauta: “Apreciação e deliberação sobre minuta de resolução que aprova o Regimento
178 Interno da Comissão de Residência Médica dos Cursos de Medicina da Universidade Federal Rural
179 do Semi-Árido – Ufersa (Coreme).”, alocado no segundo ponto de pauta, haja vista a urgência; o
180 ponto foi aprovado por unanimidade. Na sequência, colocou em votação a seguinte inclusão:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

181 “Apreciação e deliberação sobre a composição do Conselho Técnico-Científico e Conselho Fiscal da
182 Fundação Guimarães Duque - FGD, conforme Memorando Eletrônico nº 246/2023 – GAB.”, sendo
183 aprovado com vinte votos favoráveis e uma abstenção. Logo após, colocou em votação o
184 encaminhamento do conselheiro Francisco Ernandes Matos Costa: “Apreciação e deliberação sobre
185 a criação de uma comissão para fazer um estudo de como essa distribuição de vagas vem sendo
186 feita na Ufersa e propor um modelo para a distribuição de novos códigos de vagas.”, sendo aprovado
187 com dezesseis votos favoráveis, três votos contrários e uma abstenção. Por fim, colocou em votação
188 a pauta com as devidas alterações, que foi aprovada com vinte e um votos favoráveis e uma
189 abstenção. PAUTA APROVADA: **Primeiro ponto:** Apreciação e deliberação sobre as atas da 4ª, 7ª e
190 8ª reuniões extraordinárias de 2023. **Segundo ponto:** Apreciação e deliberação sobre minuta de
191 resolução que aprova o Regimento Interno da Comissão de Residência Médica dos Cursos de
192 Medicina da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa (Coreme); **Terceiro ponto:**
193 Apreciação e deliberação sobre processos de afastamento. **Quarto ponto:** Apreciação e deliberação
194 sobre processo de redistribuição. **Quinto ponto:** Apreciação e deliberação sobre a composição do
195 Conselho Técnico-Científico e Conselho Fiscal da Fundação Guimarães Duque - FGD, conforme
196 Memorando Eletrônico nº 246/2023 - GAB. **Sexto ponto:** Apreciação e deliberação sobre a criação
197 de uma comissão para fazer um estudo de como essa distribuição de vagas vem sendo feita na
198 Ufersa e para propor um modelo para a distribuição de novos códigos de vagas. **Sétimo ponto:**
199 Outras ocorrências. **PRIMEIRO PONTO.** A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
200 **Oliveira**, colocou em discussão a ata da 4ª Reunião Extraordinária de 2023; sem colocações, a ata
201 foi votada e aprovada com nove votos favoráveis e treze abstenções. Seguidamente, colocou em
202 discussão a ata da 7ª Reunião Extraordinária de 2023; sem colocações, a ata foi votada e aprovada
203 com oito votos favoráveis e treze abstenções. Por fim, colocou em discussão a ata da 8ª Reunião
204 Extraordinária de 2023; sem colocações, a ata foi votada e aprovada com quatorze votos favoráveis
205 e oito abstenções. **SEGUNDO PONTO.** A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
206 **Oliveira**, leu o voto do relator da minuta de resolução, Lázaro Fabrício de França Souza, que seria
207 para “Aprovar texto da norma com alterações”. O conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes**
208 explicou as pequenas alterações que foram realizadas pelo relator. Em seguida, a presidente do
209 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação o voto do relator, que foi
210 aprovado por unanimidade. **TERCEIRO PONTO.** A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho**
211 **Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o processo de afastamento da servidora Andrezza
212 Cristina da Silva Barros Souza. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** disse que, durante o
213 processo da servidora requerente, ocorreram algumas mudanças em relação ao período de
214 afastamento, então, sugeriu que, caso o processo seja aprovado, a data deve permanecer de acordo
215 com o parecer da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas (DDP), que seria de 14/06/2023 a
216 13/06/2027. A conselheira **Jacimara Villar Forbeloni** informou que a requerente em questão faz



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

217 parte do Centro Multidisciplinar de Angicos, e explicou que as diferenças das datas se deram porque
218 ela já iniciou o doutorado desde o mês de março e ainda está tentando conseguir o afastamento e,
219 devido às questões burocráticas, o processo retornou várias vezes. Portanto, defendeu que a data
220 deveria ser mantida de acordo com a última solicitação, pois a servidora ainda está em atividade
221 mesmo já tendo iniciado o doutorado. A conselheira **Simone Maria da Rocha** ressaltou a
222 importância da aprovação do afastamento do docente do *campus* Caraúbas, Fernando da Silva
223 Cordeiro, e informou que o *campus* já possui a aprovação do professor substituto para iniciar as
224 atividades. Sem mais colocações, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de**
225 **Oliveira**, colocou em votação o processo de afastamento da servidora Andrezza Cristina da Silva
226 Barros Souza, que foi aprovado com vinte votos favoráveis e duas abstenções. A presidente do
227 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o processo de
228 afastamento do servidor Fernando da Silva Cordeiro. A conselheira **Midiã Medeiros Monteiro**
229 ressaltou que o processo estava bem instruído documentalmente, mas disse que ficou com uma
230 dúvida em relação à tramitação do processo, pois, neste Conselho, em outros momentos, alguns
231 processos de afastamento para qualificação e de afastamento do país foram deliberados de forma
232 separada, mesmo eles correndo juntos, eram tratados de forma separada, e no caso do requerente,
233 o processo está correndo de forma conjunta. Diante disso, questionou em quais circunstâncias esses
234 processos precisam ser juntos e/ou separados, como também, questionou sobre a distinção desses
235 dois fluxos. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** explicou que, no caso do requerente, ele não
236 irá se afastar dentro do país, somente para fora do país, então o seu pedido de afastamento já está
237 direcionado ao exterior e tudo será feito no mesmo lugar, por isso, trata-se de um único processo. A
238 conselheira **Simone Maria da Rocha** corroborou com a colocação do conselheiro que a antecedeu.
239 O conselheiro **Marcílio José Ferreira Nunes** explicou que a PROPPG analisa os processos de
240 afastamentos do país de acordo com a Portaria Gabinete/Ufersa nº 418/2016, e os afastamentos
241 para qualificação, de acordo com a Resolução Consuni/Ufersa nº 003/2018; dito isto, colocou que
242 tem recebido alguns questionamentos dos servidores que dão entrada nos processos para
243 qualificação fora país, pois a PROPPG já solicita o requerimento de afastamento do país juntamente
244 com o processo de qualificação, mas disse que desde que entrou na Instituição esse trâmite é
245 seguido; então, colocou que a estranheza da conselheira não era por acaso. Sem mais colocações, a
246 presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação o processo
247 de afastamento do servidor Fernando da Silva Cordeiro, que foi aprovado com dezenove votos
248 favoráveis e uma abstenção. **QUARTO PONTO.** A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho**
249 **Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o quarto ponto de pauta. O conselheiro **Francisco**
250 **Ernandes Matos Costa** destacou que está posto no processo uma Carta de Anuência, assinada por
251 alguns professores do departamento onde o docente requerente é lotado, comprometendo-se em
252 assumir as suas disciplinas depois que ele for redistribuído e enquanto o processo está sendo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

253 tramitado. Sem mais, a presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou
254 em votação o quarto ponto de pauta, que foi aprovado com dezenove votos favoráveis e duas
255 abstenções. **QUINTO PONTO**. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**,
256 colocou em discussão o quinto ponto de pauta; não havendo colocações, o ponto foi votado e
257 aprovado com quatorze votos favoráveis e seis abstenções. **SEXTO PONTO**. A presidente do
258 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em discussão o sexto ponto de pauta.
259 O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** questionou: de que maneira se dá o processo da
260 solicitação de novos códigos de vagas junto ao MEC; e se a Universidade pode, por exemplo,
261 solicitar 20 códigos de vagas, ou essas solicitações devem ser acompanhados de uma
262 argumentação, explicando sobre a necessidade de cobrir alguma carência institucional. Questionou
263 isso, porque de acordo com todos os documentos que foram analisados ao longo desses anos, todos
264 os códigos de vagas, que foram recebidos pela Instituição, vieram para suprir alguma carência já
265 existente; por isso, afirmou que, depois do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e
266 Expansão das Universidades Federais (Reuni), nunca viu a Universidade “ganhar” códigos de vagas
267 sem que seja com o intuito de suprir alguma demanda, então, disse que se a Universidade solicita os
268 códigos de vagas para resolver algum problema existente, a criação de uma Resolução para
269 normatizar essa situação não faz muito sentido, afinal, quando os códigos vêm do MEC, eles já
270 chegam de acordo com a demanda que foi solicitada. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho**
271 **Serafim de Oliveira**, esclareceu ao conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro que, do ano de 2020 até o
272 presente momento, a Ufersa recebeu 40 novos códigos de vagas, e todos eles foram solicitados; e
273 exemplificou: além da demanda da janela que foi aberta agora, que se trata de um cadastro nacional,
274 existem vários ofícios encaminhando novas proposições, então, nenhum código de vaga nesta
275 Instituição foi encaminhado sem que houvesse alguma demanda, e citou algumas situações dos
276 centros/cursos e suas cargas horárias. Portanto, reiterou que os códigos de vagas surgem mediante
277 solicitação, não existe um “banco de códigos” disponível. O conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti**
278 **Gomes** relatou que, no projeto de criação do curso de Medicina, estavam previstos 80 professores,
279 mas, atualmente, o curso sofre com uma deficiência na quantidade de docentes e explanou que as
280 férias dos professores, no geral, são fictícias, e nunca conseguiu usufruir mais de 15 dias de férias
281 desde que o curso foi criado, isso porque o rodízio do internato dos alunos não pode ser paralisado e
282 os professores precisam sustentar um curso que realmente funcione, porém, uma hora essa situação
283 ficará cansativa. Em relação à fala do conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro, disse que,
284 particularmente, não se importava com o “título”, mas com o reconhecimento de todas as demandas,
285 antes que novas vagas sejam consideradas, ou seja, é necessário suprir todas as vagas que todos
286 os cursos estão necessitando, pois essa problemática sempre existiu na Ufersa. Desse modo,
287 considerou importante a criação da comissão para que seja feito um trabalho no levantamento
288 dessas vagas. Por fim, pontuou que a Ufersa está passando pelo processo de reconhecimento do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

289 curso de Medicina, que já deveria ter ocorrido, mas a comissão ainda não se fez presente. Devido a
290 isso, questionou como seria a situação quando a comissão do MEC avaliasse e constatasse que o
291 curso deveria ser composto por 80 professores. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho**
292 **Serafim de Oliveira**, esclareceu que participou de uma reunião no MEC exatamente abrindo essa
293 pactuação da Medicina, até porque, dos últimos novos códigos que foram recebidos, dois deles
294 foram destinados ao curso, mas não faziam parte desta pactuação. Dessa forma, foi necessário
295 saber como estava o andamento do referido processo. Relatou, também, que foi questionada se os
296 últimos códigos recebidos eram os que estavam previstos para o curso de Medicina, mas foi
297 devidamente esclarecido e comprovado que não eram; e, mesmo assim, o curso foi contemplado
298 com os códigos. Disse que têm acompanhado de perto o processo de reconhecimento do curso, e
299 esclareceu que está demorando a acontecer devido à fila que se formou por conta do sistema
300 pandêmico, como também, por causa de alguns embargos ao longo do processo, pois o curso de
301 Medicina é diferente em alguns quesitos, mas acredita que não demorará mais para ocorrer. Pontuou
302 também outro fator: a Ufersa oferta somente 40 vagas, mas poderia ofertar 80 vagas, em vista disso,
303 conclui-se que não está sendo dada a oportunidade prevista para tudo aquilo que já foi pactuado, por
304 isso, também, solicitou-se uma celeridade em todo o processo de pactuação e liberação dos códigos.
305 Em relação à colocação do conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro, o conselheiro **Francisco**
306 **Ernandes Matos Costa** frisou que o processo de distribuição de vagas às universidades, realizado
307 pelo MEC, é executado através de uma matriz de dados, ou seja, as instituições repassam os seus
308 elementos para o Ministério, e alguns parâmetros são seguidos; mas, além disso, o MEC também
309 cria determinadas demandas, por exemplo, em 2014 foi emitida uma portaria que tratava sobre a
310 curricularização da extensão nas universidades. Desse modo, a demanda foi criada para todas as
311 instituições e os seus respectivos cursos e, para um caso como esse, foram necessários novos
312 códigos de vagas, portanto, como a demanda partiu do Ministério, ele tem a responsabilidade de
313 repassar essa nova demanda. Portanto, a proposta da criação de uma comissão seria justamente
314 para realizar um estudo que viabilizasse um modelo quantitativo que mais se adequasse à realidade
315 da Ufersa, e, para quando ocorrer uma nova distribuição, que ela seja realizada da forma mais
316 equitativa possível. O conselheiro **Ricardo Henrique de Lima Leite** considerou pertinente a
317 preocupação do conselheiro Francisco Ernandes Matos Costa, mas reiterou a sua fala anterior, no
318 sentido de que essa competência seria do Consepe. Relatou que já foi membro do Consepe e,
319 anteriormente, existia uma matriz que levava, sobretudo, em consideração o quantitativo da
320 graduação, o que era uma falha, pois a pós-graduação também deveria ser considerada; mas a Pró-
321 Reitoria de Graduação elaborava essa planilha, as demandas eram inseridas e encaminhadas para o
322 Consepe para que fossem discutidas, porém, a planilha em si ficava totalmente a critério da gestão.
323 Então, disse que, atualmente, existe uma confusão na interpretação da redação do Regimento e do
324 Estatuto da Ufersa, nesse sentido, o papel do Consuni seria elucidar essa confusão existente. Além



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

325 disso, valeria a pena deixar esse ponto ainda mais esclarecido nas normativas da Ufersa para que
326 não restem dúvidas. Por isso, considerou importante a proposta do conselheiro, tendo em vista que
327 precisa existir um planejamento estratégico na Universidade como um todo, para que, juntamente
328 com os anseios da sociedade, a Instituição possa oferecer o seu melhor. A presidente do Conselho,
329 **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, pediu um aparte na fala do conselheiro para informar ao
330 Conselho que precisaria se ausentar por alguns minutos e, por enquanto, o conselheiro José
331 Domingues Fontenele Neto, por ser o membro que está há mais tempo na Instituição, assumiria a
332 presidência da reunião. O conselheiro **Ricardo Henrique de Lima Leite** finalizou reforçando que
333 uma planilha deve ser formalizada, mas cabe ao Consepe deliberar acerca do assunto, e este
334 Conselho deve realizar as alterações no Regimento e no Estatuto com o intuito de esclarecer o que
335 está posto. A conselheira **Simone Maria da Rocha** perguntou ao conselheiro Francisco Ernandes
336 Matos Costa, de acordo com a redação do ponto, qual seria o período temporal que o estudo seria
337 realizado; e, em relação à proposição da criação de um modelo para a distribuição dos códigos de
338 vaga, também considerou que esse ponto caberia melhor ao Consepe. Disse que a criação dessa
339 comissão provocará uma preocupação para que não continue acontecendo na Ufersa o que já
340 ocorreu por um tempo, pois não existia uma certa transparência e uma discussão com a comunidade
341 em relação ao processo da destinação dos códigos de vagas; relatou que, em outras gestões, ouviu
342 algumas discussões neste Conselho que a deixou estarecida, pois o campus de Caraúbas sofreu
343 diretamente com algumas situações e, à época, ocorria que alguns pró-reitores de Gestão de
344 Pessoas pediam discricção sobre a destinação dos códigos de vaga, pois essa decisão era do reitor e
345 que, portanto, pedia “discricção”. Com isso, colocou que situações desta natureza não podem ocorrer
346 dentro da Universidade, e esta discussão atual vem sendo elemento de muitas reflexões deste
347 Conselho; por isso, todas as situações ocorrentes não podem se repetir/acontecer novamente e é
348 necessário que exista uma transparência, e que os cursos e os campi sejam atendidos de acordo
349 com as suas necessidades. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**,
350 informou que retornou à reunião. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** pontuou que a
351 presidente do Conselho havia comentado que estava realizando alguns esforços para a obtenção de
352 novas vagas, e disse que esse processo era realmente bem complexo; mas, já que existia essa
353 busca, lembrou sobre o curso de Psicologia, que foi aprovado no CCBS e neste Conselho, mas não
354 iniciou o seu funcionamento devido à falta de professores. Dessa forma, considerando a luta por
355 novos códigos, solicitou que essa luta também exista no sentido de viabilizar o funcionamento do
356 curso. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, informou ao conselheiro
357 **José Domingues Fontenele Neto** que a Ufersa encontra-se na fila para a captação de vagas e
358 todos os trâmites já foram vencidos, mas o curso de Psicologia demora um pouco para ser aprovado.
359 Aproveitando a fala, disse que o curso de Direito do *campus* Pau dos Ferros já venceu basicamente
360 todas as instâncias no MEC e também está caminhando para a captação de vagas. O conselheiro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

361 **Rodrigo Nogueira de Codes** disse que este ponto era bastante pertinente, sobretudo, como tudo
362 aconteceu e que a comissão, que foi sugerida, deve realizar esse trabalho e encaminhar para ser
363 deliberado pelo Consepe, que na sua concepção, seria o Conselho competente neste caso. Em
364 relação ao questionamento do conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro, sobre a destinação das vagas,
365 esclareceu que, no momento pós Reuni, todas as vagas foram destinadas por meio de pactuação e
366 explicou como ocorreu o processo detalhadamente nos *campus*. Em relação à colocação do
367 conselheiro Paulo Alfredo Simonetti Gomes, sobre o PPC do curso de Medicina, de fato, o curso foi
368 aprovado com 80 vagas, que foram pactuadas naquele momento, mas, infelizmente, nem todas
369 foram liberadas. Relatou que o curso de Medicina da Instituição se iniciou no mês de julho de 2016,
370 ano transitório dos governos e, com a saída da Presidenta Dilma, tudo mudou; disse que esteve
371 presente em alguns momentos em que a Gestão à época cobrou por meio de Ofícios a totalidade
372 dessas vagas, no entanto, de forma extraoficial, o governo disse para esquecer-las. Logo, essa
373 questão sempre foi cobrada, mas não foi deliberada em decorrência de uma mudança de governo. E
374 em relação às colocações da presidente do Conselho Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira, elas
375 demonstram, de fato, a necessidade de promover o dimensionamento das necessidades de pessoal,
376 pois são muitas discussões e necessidades; e este ponto foi exaustivamente discutido durante os
377 debates para a Gestão (2020-2024) em vários setores da Ufersa, tanto entre docentes quanto entre
378 os técnicos, que seria justamente a necessidade de ser instituída uma política de alocação de
379 códigos de vagas. Para finalizar, reforçou a pertinência do ponto e da criação da comissão, assim
380 como, sugeriu que ela fosse composta por membros exteriores ao Consuni. O conselheiro **Leonardo**
381 **Augusto Casillo**, em relação à fala do conselheiro Paulo Alfredo Simonetti Gomes – sobre as
382 necessidades de cada curso/departamento –, comentou que, atualmente, faz parte da direção do
383 CCEN como vice-diretor e, recentemente, foi recebida uma demanda da Progepe, que seria para
384 verificar a real necessidade dos técnicos em todos os cursos/departamentos. Assim como, a mesma
385 demanda foi recebida sendo direcionada para os docentes, sendo assim, cada departamento
386 apresentou a sua real necessidade sobre a quantidade de docentes que estão faltando para cada
387 curso, dessa forma, esses dados a Ufersa já deve ter o conhecimento. Também, colocou que agora o
388 ponto foi proposto de forma mais assertiva, que seria justamente sobre o fluxo de processo e não
389 sobre a distribuição em si. Disse que a Instituição precisa de critérios técnicos para nortear como
390 essa distribuição ocorre de fato, não somente quando chega do MEC, mas também quando chega às
391 bases da Ufersa. Disse que as 20 vagas que chegaram à Ufersa no início da gestão atual, foram
392 distribuídas duas para cada centro e, neste momento, os centros eram responsáveis por essa
393 distribuição, mas não existia nenhum “norte” de como realizar esse processo. Portanto, como não
394 existem critérios técnicos definidos pelo Estatuto/Regimento da Universidade, a comissão deve ser
395 criada e composta por membros do Consepe, Consuni, representantes da Progepe e Prograd para
396 que os critérios possam ser realmente definidos. O conselheiro **Daniel Valadão Silva** agradeceu ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

397 conselheiro Francisco Ernandes Matos Costa por ter trazido essa demanda ao Consuni, mas, de
398 acordo com as competências, também considerou que ela seja do Consepe. Compartilhou que
399 também tem a mesma preocupação, e a Ufersa precisa definir os critérios técnicos para essas
400 distribuições relatadas, além de conhecer a real demanda que existe nos departamentos, assim
401 como, realizar um planejamento de diversas formas para a qualificação docente, pois, ao que parece,
402 fica entendido que não existe um planejamento em termos institucionais para realizar a destinação
403 das vagas. Relatou que, quando o Centro de Ciências Agrárias (CCA) recebe códigos de vagas,
404 parece que a Universidade fica revoltada, como se os cursos de Ciências Agrárias, por ter muitos
405 professores, não justificasse a chegada de novas vagas. Sendo assim, considerou que esse
406 levantamento será muito interessante para demonstrar que existem muitos professores
407 sobrecarregados, pois realizam outras atividades além da sala de aula. Nessa mesma perspectiva,
408 recordou, também, da Resolução de 2019 do Consepe que rege os critérios da carga horária
409 docente, que, inclusive, foi alterada no ano de 2020. Inicialmente, quando ela foi aprovada, era posto
410 que todos os docentes tinham que ministrar, no mínimo, 8 horas na sala de aula da graduação, mas
411 houve uma revolta muito grande por parte da pós-graduação, pois praticamente desconsiderou as
412 outras atividades dos professores; como se dentro das 8 horas exigidas por lei, não pudessem existir
413 docentes que dividissem a sua carga horária entre a graduação e pós-graduação, o que torna um
414 atraso enorme por parte da Ufersa. Em relação à composição da comissão, considerou importante a
415 representação das pró-reitorias, mas também, ponderou sobre a participação da pós-graduação, pois
416 ainda é preciso lembrar para as pessoas que, além da carga horária da graduação, existe também a
417 carga horária da pós-graduação; então, por isso, defendeu a participação de diversas
418 representações, para que dessa forma as alterações possam ocorrer de maneira séria e
419 representativa aos pares. A conselheira **Simone Maria da Rocha** reforçou os seus questionamentos
420 acerca do período temporal que a comissão irá analisar e realizar esse estudo. O conselheiro **Álvaro**
421 **Fabiano Pereira de Macêdo** explicou para a conselheira Simone Maria da Rocha que a comissão
422 será formada para definir os critérios da alocação de novas vagas, ou seja, as vagas que já estão
423 alocadas, não tem o que ser feito. Então, se algum curso/departamento/centro possui um déficit
424 histórico, ele será contemplado pela distribuição, pois a matriz que será proposta mostrará
425 justamente esses critérios técnicos e objetivos. Além disso, disse que a discussão no momento está
426 pautada para a criação/não criação da comissão, logo, o Conselho não deve antecipar esse debate
427 sobre o que será feito especificamente por ela; e a comissão, diante das suas atribuições, tem por
428 obrigação visitar setores como: Proppg, Prograd, Progepe, Centros, Departamentos e os Cursos.
429 Disse também que todas as colocações são pertinentes, mas o planejamento da Instituição deve
430 estar posto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), seja para toda e qualquer demanda
431 futura, pois é justamente para isso que existe este documento direcionador. Por conseguinte,
432 encaminhou a votação do ponto, e quanto às preocupações – bastante pertinentes –, elas podem ser



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

433 levadas para a futura comissão que terá um trabalho árduo pela frente. A conselheira **Simone Maria**
434 **da Rocha** disse que, se o ponto estiver na perspectiva do que foi colocado pelo conselheiro Álvaro
435 Fabiano Pereira de Macêdo, ele precisa ser alterado; pois o ponto está posto da seguinte maneira:
436 “Apreciação e deliberação sobre a criação de uma comissão para fazer um estudo de como essa
437 distribuição de vagas vem sendo feita na Ufersa e para propor um modelo para a distribuição de
438 novos códigos de vagas”. Dito isso, questionou se o estudo será voltado para as maneiras que as
439 distribuições vêm sendo realizadas na Ufersa ou será realizado um estudo de levantamento das
440 demandas de acordo com as necessidades, pois, no seu entendimento, a discussão está sendo
441 diferente do ponto. O conselheiro **Francisco Ernandes Matos Costa** respondeu para a conselheira
442 Simone Maria da Rocha que o estudo irá existir para fundamentar o modelo que será proposto; em
443 relação ao recorte temporal do estudo, considerou que a comissão deve decidir; e, em relação à
444 redação do ponto, ela poderá ser alterada de acordo com o que foi discutido. O conselheiro **Hudson**
445 **Pacheco Pinheiro** propôs que o estudo seja realizado desde a criação da Ufersa, para que assim
446 possa existir um histórico preciso da origem dos problemas que a Instituição possui em relação à
447 distribuição de códigos de vagas. O conselheiro **Paulo Caetano Davi** opinou que o recorte temporal
448 poderia ser definido pela própria comissão; quanto aos critérios, a comissão também deverá ficar
449 responsável por definir e, em relação aos representantes, sugeriu que deve existir a participação de
450 pelo menos um representante por centro e, de acordo com as suas necessidades, os centros
451 discutem entre si. O conselheiro **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo** disse que compreendeu que a
452 proposta seria para criar um modelo com o intuito de resolver um problema, para que exista um
453 critério objetivo para realizar a distribuição de vagas, então, se o intuito é criar um “critério objetivo”,
454 não pode ser dada uma missão impossível para a comissão analisar os erros do passado. Com isso,
455 disse que é necessário ter cuidado para não piorar a situação atual, mas sim melhorar. A conselheira
456 **Kyara Maria de Almeida Vieira**, quanto ao encaminhamento, concordou com o conselheiro Paulo
457 Caetano Davi quando ele coloca que a comissão precisa ter autonomia para decidir quais os
458 caminhos que devem ser seguidos para cumprir aquilo que o Consuni está propondo. Portanto, se a
459 comissão sentir a necessidade de fazer uma verificação do recorte histórico dos códigos de vagas da
460 época da ESAM até o momento atual, isso caberá a ela e de como realizará a sua dinâmica de
461 trabalho. Em relação à proposta como um todo entende que a comissão será criada e precisará
462 realizar um levantamento de dados junto aos Centros e Departamentos, para que assim, a partir
463 disso, seja criado um modelo composto por critérios e objetivos para a distribuição dos códigos de
464 vagas. A maneira que a comissão realizará esse levantamento de dados e onde se pautará
465 cronologicamente, cabe somente a ela. Sendo assim, a proposta seria: construir uma comissão com
466 a representação dos Centros e pró-reitorias, e que ela seja responsável por criar mecanismos para a
467 sua dinâmica de trabalho, além de apresentar um modelo com os critérios/objetivos para a
468 destinação dos códigos de vagas. Por fim, formulou como seria o encaminhamento para que a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

469 secretária pudesse ajustar a votação, sendo: “Criar comissão com um representante de Centro, um
470 representante da Prograd, um representante da Proppg e um representante da Progepe, com fins de
471 levantamento de dados para a criação de um modelo com critérios para distribuição de novos
472 códigos de vagas.”. O conselheiro **Hudson Pacheco Pinheiro** reforçou a sua proposição sobre a
473 questão de o estudo ser realizado desde a criação da Ufersa, para que assim sejam verificados quais
474 problemas ocorreram ao longo da história. A conselheira **Simone Maria da Rocha** corroborou com a
475 proposta do conselheiro Hudson Pacheco Pinheiro, mas também se sentiu contemplada com a
476 proposta da conselheira Kyara Maria de Almeida Vieira, então, solicitou que fosse acrescentada à
477 proposta da conselheira a determinação temporal de: “desde a criação da Ufersa”. A presidente do
478 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em votação da seguinte maneira:
479 Proposta da conselheira Kyara Maria de Almeida Vieira (A) contra a Proposta da conselheira Simone
480 Maria da Rocha (B). A proposta (A) obteve quinze votos, a proposta (B) obteve quatro votos e três
481 abstenções, portanto, a proposta da conselheira Kyara Maria de Almeida Vieira foi aprovada. **Outras**
482 **ocorrências**. A presidente do Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, colocou em
483 discussão o ponto de pauta. O conselheiro **José Domingues Fontenele Neto** solicitou uma atenção
484 da Gestão em relação à manutenção, pois ao realizar suas provas na Central de Aulas I, notou que
485 estava sendo realizada uma manutenção dos ares-condicionados e, como as centrais ficam no teto,
486 é muito comum que uma telha ou outra seja quebrada, assim, lembrou que aconteceram vários
487 problemas durante a estação chuvosa, como as goteiras nas salas de aulas e a danificação dos
488 aparelhos de multimídia. Devido a isso, pediu um apoio da Gestão no sentido que: uma vez que a
489 manutenção das centrais seja concluída, que seja verificado o telhado também, para que evite o que
490 ocorreu. A conselheira **Kyara Maria de Almeida Vieira** destacou que, no período do dia 15/05 a
491 19/05 o curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, iniciou as suas
492 comemorações pelos seus 10 anos com a “Semana Interdisciplinar em Socialização”. O conselheiro
493 **Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo** informou que alguns conselheiros da composição anterior deste
494 Conselho solicitaram que, nesta reunião, fosse questionado sobre os relatórios da Unidade de
495 Auditoria Interna (Audint) que foram solicitados na 1ª Reunião Ordinária de 2023, e foi definido um
496 prazo até a data de 02 de maio de 2023 para encaminhamento. Dessa forma, questionou a
497 presidente do Conselho se já havia alguma informação. Registrou que hoje (25/05) foi realizada no
498 Auditório Amâncio Ramalho a entrega da premiação aos alunos das escolas que participaram da
499 Olimpíada Brasileira de Educação Financeira (OBEF); pontuou que a Olimpíada é uma ação
500 promovida pela Ufersa por meio do curso de Ciências Contábeis; parabenizou os organizadores da
501 OBEF de Mossoró e agradeceu o apoio Institucional que foi recebido. Comentou que acompanhava
502 algumas reuniões da composição anterior e, por diversas vezes, escutou críticas ao Consuni por
503 membros da comunidade e, infelizmente, por membros que fazem parte da atual Gestão. Sendo
504 assim, pediu para que a comunidade tivesse mais um pouco de zelo, respeito e educação ao se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

505 dirigir a este Conselho. Informou que gostaria de fazer um pedido à Prograd; contextualizou que o
506 seu Departamento encaminhou uma proposta de Calendário Acadêmico que contemplava até o
507 período 2025.2, que seria a previsão para a regulação do Calendário, com isso, pediu para que a
508 Prograd, ao apresentar os próximos calendários, fizesse essa apresentação a fim de que os
509 professores possam se programar. Disse, ainda, que existe uma turma que foi denominada – por si
510 mesmo –, por: “nem e nem”, ou seja, com finalidades políticas, esse grupo “nem” é gestão e “nem” é
511 oposição. Diante disso, falou para esse grupo que: ou você é situação ou oposição; pois não se pode
512 elogiar a gestão apenas quando é conveniente. Então, colocou que todos que compõem o Conselho
513 estão neste lugar para discutir a Instituição, por isso, pediu para que esse pessoal tivesse um pouco
514 mais de compromisso. Por fim, pontuou que, desde o início da atual Gestão, é a primeira vez que
515 entra na Sala dos Conselhos e, desde o início da reunião, os conselheiros receberam água, água de
516 coco, café, bolo, então, agradeceu a presteza da presidente do Conselho. Em contrapartida, relatou
517 que, quando se completou 100 dias da nova Gestão, foi realizado um movimento de protesto pacífico
518 – com zelo ao serviço público –, e neste dia, disse que foi impedido de entrar no prédio da reitoria
519 para tomar água, logo, disse que esse momento foi muito impactante para si, pois está na Instituição
520 desde o ano de 2006 e sempre zelou pela Ufersa. Assim sendo, disse que deseja que situações
521 como essa não sejam mais vividas, mas que as discussões possam ser criadas no campo das ideias
522 e das propostas, com respeito mútuo de ambas as partes. O conselheiro **Francisco Ernandes**
523 **Matos Costa** relatou que em uma matéria publicada pela Assecom, no dia 9 de agosto de 2021,
524 consta: “*A prefeita de Pau dos Ferros, Mariana Almeida, protocolou nesta segunda-feira, 09, na*
525 *Reitoria da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, o pleito para a instalação do curso de*
526 *Medicina no município.*”, e nesse encontro em questão, a reitora informou que o primeiro passo seria
527 a criação de uma comissão para estudar a viabilidade técnica da implantação do curso; posto isto,
528 questionou se essa comissão foi formada e, caso tenha sido, quais foram as conclusões obtidas. Na
529 matéria, também consta que foi falado sobre a criação do curso de direito no campus Pau dos
530 Ferros, contendo: “*(...) já tramita no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação Superior –*
531 *Seres, a criação do curso de Direito. A perspectiva é de que os códigos de vagas sejam liberados até*
532 *o final de setembro de 2021.*”, com isso, perguntou se esses códigos foram liberados. Por fim,
533 questionou se a Ufersa possui algum programa permanente de reposição de equipamentos, pois
534 existem casos, no campus de Pau dos Ferros, em que professores da Instituição estão há mais de
535 dois anos sem computadores da própria Universidade e também citou o seu exemplo, pois também
536 trabalhou durante um ano sem ar-condicionado. A conselheira **Midiã Medeiros Monteiro** desejou um
537 bom descanso para todos no período de recesso e, ainda nessa mesma perspectiva, reforçou a
538 necessidade de haver uma força tarefa em relação à manutenção dos espaços de salas de aulas,
539 principalmente durante esse período em que elas não estarão ocupadas. O conselheiro **Leonardo**
540 **Augusto Casillo** agradeceu pelo lanche que foi servido durante a reunião; em seguida, questionou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

541 se já havia sido efetivado o ingresso da Ufersa na Associação Nacional dos Dirigentes das
542 Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e, também, se já havia sido iniciado algum estudo
543 sobre o que foi sugerido na reunião passada, que seria a realização de uma alteração no Regimento
544 da Ufersa, para que o Consuni possa deliberar sobre a inserção/saída da Ufersa em qualquer
545 entidade. O conselheiro **Paulo Alfredo Simonetti Gomes** informou para os que não sabem que os
546 ambulatorios do curso de Medicina funcionam, mas no momento, todos estão lotados; assim como,
547 comunicou que a Ufersa realiza também, todas as segundas-feiras, o ambulatório pediátrico no
548 Hospital da Mulher na cidade de Mossoró. O conselheiro **Pedro Victor Cavalcante Santos**
549 questionou se já está sendo tomadas as providências sobre a conduta do servidor Antônio Frankliney
550 Viana Faustino, que foi solicitado por este Conselho, no caso, uma sindicância. A presidente do
551 Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, em relação à fala da conselheira Kyara Maria de
552 Almeida Vieira, disse que acompanhou todo o processo do curso de Licenciatura Interdisciplinar em
553 Educação do Campo e, que se alegrou ao ver a comemoração dos seus dez anos. Em relação à fala
554 do conselheiro Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo, inicialmente sobre a Audint, esclareceu que a
555 auditoria ainda está sendo aguardada, por este motivo, ainda não foi encaminhada para o Conselho.
556 No que diz respeito à Prograd e aos calendários, comentou que foi conversado com a Pró-reitoria
557 sobre este ponto, pois o Comitê de Graduação realizou todo um trabalho, e quando este trabalho foi
558 encaminhado para o Conselho, acabou sendo tudo alterado, então, foi pedido para que a
559 metodologia utilizada fosse alterada pelo Comitê; além disso, informou que a partir do dia 01 de
560 junho a equipe da Prograd terá uma nova formatação, tendo a professora Carolina Malala Martins
561 Souza como Pró-reitora titular, e a professora Lindomar Maria da Silveira como Pró-reitora Adjunta. A
562 partir disso, será organizado um novo dimensionamento dos estágios. Acerca do episódio ocorrido
563 sobre a água, disse que, desde os seus tempos como chefe de departamento, sempre realizou as
564 reuniões com comida e, atualmente, a prática não se diferencia. Dessa forma, lamentou o ocorrido e
565 disse que ficou sabendo dessa passagem neste momento; acrescentou também que foram
566 momentos muito difíceis, mas que já estão sendo superados e se desculpou. Em relação à fala do
567 conselheiro Francisco Ernandes Matos Costa, disse que recentemente a mesma prefeita citada
568 anunciou junto com deputado Robinson Faria o pedido do curso, sem que tivesse sido pelo menos
569 passado em Brasília. Além disso, a comissão não foi nem sequer criada, pois foram recebidos três
570 pedidos referentes à criação do curso de Medicina, primeiramente pelo *campus* Caraúbas e depois
571 pelo *campus* Angicos, e a comissão para trabalhar em cima das duas solicitações está criada e
572 concluindo o seu trabalho, mas essa comissão foi criada apenas para estudar as possibilidades, não
573 significa nada, até porque já existe outra pactuação que está sendo analisada pelo MEC. Portanto,
574 disse que o foco da Ufersa agora está voltado primeiramente para o reconhecimento do curso já
575 existente, para a organização da carga horária dos professores e em entender, de fato, como se
576 prosseguirá a pactuação que está faltando. Em relação ao curso de Direito, disse que ele foi criado,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

577 deu-se encaminhamento junto ao MEC, mas ainda está na fila aguardando as vagas, pois alguns
578 outros cursos chegaram primeiro. Sobre a política de equipamentos, disse que foi feito um
579 levantamento e, a partir deste, deparou-se com uma grande quantidade de computadores quebrados,
580 mas isso se deu exatamente por conta do tempo de vida útil dos aparelhos. Conseqüentemente, não
581 deu tempo para pensar sobre uma política de renovação de equipamentos, o momento para ser
582 pensado é justamente agora, pois ela nunca existiu, porque justamente nunca houve o tempo exato
583 de existir. Finalizou dizendo que o trabalho não é fácil, mas está sendo encaminhado. Em relação à
584 colocação do conselheiro Leonardo Augusto Casillo, sobre o ingresso da Ufersa na Andifes, afirmou
585 que já está tudo encaminhado de acordo com os conformes, e está apenas aguardando a
586 deliberação da Associação. Sobre a criação da comissão para alterar o Regimento neste sentido,
587 disse que ainda não foi realizada, mas irá se certificar sobre o encaminhamento da Portaria. Sobre a
588 colocação do conselheiro José Domingues Fontenele Neto, reconheceu as falhas que ocorrem, mas
589 disse que as diligências têm sido solicitadas, tanto as das empresas, quanto das fiscalizações, assim
590 sendo, espera-se que este próximo início de semestre seja iniciado com menos problemas, pois a
591 fase inicial do presencial já teve um momento, então se aguarda que esta nova fase seja mais
592 próxima da normalidade. Em relação ao questionamento do conselheiro Pedro Victor Cavalcante
593 Santos, informou que iria verificar com a Assessoria o que havia sido encaminhado, visto que não
594 presidiu a reunião em que ocorreu o encaminhamento. Nada mais havendo a discutir, a presidente
595 deste Conselho, **Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira**, deu por encerrada a reunião, e eu, Éricka
596 Tayana Lima Bezerra, Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados, lavrei a presente Ata, que, após
597 lida e aprovada sem emendas, na reunião do dia trinta e um de agosto de dois mil e vinte e três,
598 segue assinada pela presidente do Consuni, pelos demais conselheiros presentes nesta reunião e
599 por mim. **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

Presidente:

Ludimilla Carvalho Serafim de Oliveira _____

Centro Multidisciplinar de Angicos (CMA):

Jacimara Villar Forbeloni _____

Lucas Ambrósio Bezerra de Oliveira _____

Centro Multidisciplinar de Caraúbas (CMC):

Hudson Pacheco Pinheiro _____

Simone Maria da Rocha _____

Centro Multidisciplinar de Pau dos Ferros (CMPF):

Francisco Ernandes Matos Costa _____

José Flávio Timoteo Júnior _____

Centro de Ciências Exatas e Naturais (CCEN):



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Midiã Medeiros Monteiro _____

Leonardo Augusto Casillo _____

Centro de Ciências Agrárias (CCA):

Daniel Valadão Silva _____

Rejane Tavares Botrel _____

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS):

José Domingues Fontenele Neto _____

Paulo Alfredo Simonetti Gomes _____

Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas (CCSAH):

Álvaro Fabiano Pereira de Macêdo _____

Kyara Maria de Almeida Vieira _____

Centro de Engenharias (CE):

Rodrigo Nogueira de Codes _____

Ricardo Henrique de Lima Leite _____

Representantes técnico-administrativos:

Marcílio José Ferreira Nunes _____

Antônio Wilton de Moraes Júnior _____

Lissandro Arielle Vale Batista _____

Representantes discentes:

Guilherme Jarentchuk _____

Pedro Victor Cavalcante Santos _____

Representante da comunidade:

Paulo Caetano Davi _____

Secretária *ad hoc* dos Órgãos Colegiados:

600 Éricka Tayana Lima Bezerra _____